



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas	
CEIOP	
N.º Único	539285
Entrada/Saída n.º	38
Data	16/12/2015

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Economia,  
Inovação e Obras Públicas

**Requerimento**

**Assunto – Audição do Senhor Presidente da Infraestruturas de Portugal, S.A. para prestar esclarecimentos sobre alegado favorecimento a concessionária.**

Em declarações públicas à comunicação social, o deputado João Paulo Correia, vice-presidente do Grupo Parlamentar Socialista produziu no passado dia 9 de dezembro um conjunto de afirmações e acusações que foram reiteradas nessa data através de requerimento escrito apresentado pelo Grupo Parlamentar Socialista na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas para ouvir o responsável pelas Infraestruturas de Portugal, S.A..

No texto do requerimento, o Grupo Parlamentar Socialista através dos deputados signatários alega que «*O Conselho de Administração e o anterior Governo PSD/CDS coordenaram a implementação deste ataque à mobilidade metropolitana do Porto no segredo dos gabinetes*».

E acrescenta ser «*inaceitável que a empresa e o anterior Governo tenham negociado a introdução de novas portagens nas costas das populações, só com o intuito de favorecer a concessionária*».

Já no dia seguinte, noticiava o Diário Económico que «*A possibilidade (de introdução de portagens na A3 e na A4) foi muito mal recebida pelos autarcas nortenhos e mesmo da Galiza, assim como por diversos membros de grupos parlamentares, com destaque para o PSD. O grupo parlamentar do PS solicitou ontem a apresentação, com urgência, de António Ramalho, presidente da IP, na Assembleia da República, para explicar a situação.*

*Ainda ontem, à tarde, este terá sido um dos temas em destaque na reunião de várias horas que Pedro Marques teve com António Ramalho, em relação à qual não houve qualquer declaração pública.*»

Ora invocando a entrada de um outro requerimento solicitando a vinda do ministro do Planeamento e das Infraestruturas à Comissão, o Grupo Parlamentar Socialista entendeu



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



retirar o requerimento da sua autoria, situação que deixa contudo sem resposta e esclarecimento cabal as acusações verbais e escritas, anteriormente feitas à empresa e ao seu principal responsável.

Assim, porque é importante apurar a realidade dos factos e esclarecer qualquer dúvida relativamente a factos invocados, os deputados do Grupo Parlamentar do PSD e do CDS-PP entendem ser importante ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis ouvir nesta Comissão e sobre este tema, o Presidente do Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal, S.A., solicitando a diligência de V. Exa nesse sentido.

Palácio de São Bento, 16 de dezembro de 2015.

**Os (As) Deputado(a)s:**